

17. Proposta de Adesão à Associação ATLANTIC CITIES.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta em epígrafe, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a adesão à referida associação de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cfr.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 18480

Data: 23/02/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a) Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O Presidente, à reunião de Câmara, O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
------------------------------	---------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
--------------------	--------------------

Assunto: Proposta de Adesão à Associação ATLANTIC CITIES

OBJETO DA CONSULTA

I.

1. O Município de Braga pretende aderir à Associação ATLANTIC CITIES de pleno direito (como membro efetivo).
2. Para o efeito, foram-nos remetidos os Estatutos, que constam em anexo, bem como o valor das quotas que está associado à adesão do MB a esta Associação- **o valor atual da quota anual, no caso do MB, é de 4547 euros.**
3. Assim, do foi possível apurar, em função da leitura dos Estatutos, trata-se uma associação criada nos termos da Lei Francesa de 1 de julho, de 1901, que normatizou a liberdade de associação em França e que se refere a associações sem fins lucrativos, sem propósito de compartilhar lucros e de direito privado.
4. Com base na Declaração final adotada em Rennes, a 7 de julho de 2000, e nos princípios e objetivos da Carta para o Desenvolvimento Sustentável adotada em San Sebastian, a 3 de junho de 2008, e renovada em 2018, a associação pretende promover:
 - A vocação marítima da costa atlântica europeia;
 - O modelo urbano atlântico europeu e os termos da Carta de San Sebastian para um desenvolvimento urbano sustentável;
 - O ordenamento equilibrado e policêntrico do espaço comunitário;
 - A abertura e cooperação internacional entre cidades, na medida do possível através do desenvolvimento de relações com cidades atlânticas em África, América e bacia mediterrânica;
 - Desenvolver nos domínios que considerar apropriados, a cooperação entre os seus membros e apoiará os intercâmbios entre os atores da fachada atlântica, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos e intercâmbios de experiências.
 - Procurará igualmente promover e defender os interesses dos seus membros através de ações adequadas de lobbying e influência e desenvolvendo o seu contributo para as políticas europeias.

II.

6. Da pesquisa efetuada, a ATLANTIC CITIES é uma rede de cooperação territorial baseada na identidade específica da entidade das cidades do Arco Atlântico, cujo objetivo principal é apoiar e ajudar essas cidades no seu desenvolvimento através da cooperação territorial, procurando representar as cidades atlânticas junto das instituições europeias sobretudo nas áreas prioritárias do ambiente, “ Blue Growth”, do crescimento sustentável, na sua dimensão cultural e social, de Investigação & Desenvolvimento, reunindo membros de, pelo menos, quatro países da União Europeia, designadamente, França, Espanha, Portugal e Irlanda.

7. A admissão de novos membros implica um pedido de adesão ao conselho executivo que decidirá por unanimidade no prazo de dois meses que deve ser submetido à Assembleia Geral para ratificação.

8. Cada um dos membros tem direito a participar na Assembleia Geral, que pode ser presencial ou videoconferência.

9. Dispõe ainda de um Conselho Executivo que gere a organização, eleito pela Assembleia Geral –cfr. Artigo 8º dos Estatutos.

III.

De acordo com a proposta apresentada pelo Município:

” 1-As cidades são confrontadas com desafios cada vez mais globais, que exigem uma articulação com outros atores para lá das nossas delimitações administrativas. São exemplos disso desafios sociais, culturais e ambientais que exigem respostas articuladas por forma a tornarem-se mais eficientes;

2. A rede da Atlantic Cities tem como principais objetivos estreitar a cooperação territorial, procurando representar os interesses das Cidades do Arco Atlântico Europeu junto das instituições europeias. Esta organização procura promover a vocação marítima da costa atlântica europeia – uma região na qual Braga se localiza geograficamente –, conjugando valores de desenvolvimento sustentável e cooperação extensiva das cidades europeias com cidades dos restantes continentes banhados pelo Oceano Atlântico (África e América);

3. São identificados vários pontos, características e interesses comuns entre a cidade de Braga e os quinze (15) membros pertencentes à Atlantic Cities, espalhadas por quatro (4) países europeus: Portugal, Espanha, França e República da Irlanda;

4. A pertença de Braga a diversas redes internacionais permite colocar a cidade numa posição próxima dos processos de influência de tomada de decisão, promovendo os interesses da nossa cidade e contribuindo para um contínuo desenvolvimento da mesma;
5. O Executivo Municipal procura apostar continuamente numa estratégia de envolvimento internacional do Município de Braga junto de diversos parceiros, no sentido de encontrar soluções para desafios. Do mesmo modo, tal contribui para a afirmação de Braga no plano internacional por forma a ser reconhecida como uma cidade dinâmica, inovadora, com visão de futuro e capaz de participar nos processos de influência ou mesmo de tomada de decisão;
6. Representantes da Atlantic Cities demonstraram muito interesse para incluir Braga nesta rede de Cidades Atlânticas, reconhecendo compatibilidade da nossa cidade com os desafios identificados e objetivos promovidos por esta mesma organização”.

ANÁLISE

IV.

Ora, de acordo com o previsto no disposto no artigo 59.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual (RJAEL), sob a epígrafe “*Associações de direito privado*”, fica expressamente estabelecido que “*Os municípios, as associações de municípios, independente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações.*”

Com efeito, os artigos 56.º e seguintes deste mesmo diploma regulam sobre as “*Outras participações*”, sendo de realçar que os entes participados “*devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes*”.

Saliente-se também que o citado artigo 59.º abrange quer a participação de autarquias locais em associações de direito privado preexistentes, por via da sua adesão como novos associados, quer a participação na criação desse tipo de associações, em conjunto com entes privados.

É esse o sentido que se alcança da leitura da parte final da disposição do n.º 1 do citado artigo 59.º: “*(...) podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações.*”

Sendo certo que os princípios e regras aplicáveis à definição das atribuições e poderes das autarquias locais admitem a aplicação de recursos em parcerias e atividades de interesse público local, há que precisar que essa autonomia se deve exercer no âmbito e limites definidos pela lei.

De acordo com cotejo legal, verificou-se uma clara evolução no sentido de disciplinar o financiamento e subsídio das entidades participadas pelos municípios, os quais devem hoje balizar-se necessariamente pelo disposto no RJAEL e não por uma mera habilitação genérica de apoio a atividades de interesse local.

A referida Lei n.º 50/2012, tendo pretendido abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, pretendeu também aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns que urgem ser cumpridas, sob pena de serem ilegais.

Assim, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, mas desde que observem o consignado nos artigos 56.º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, sendo de realçar que o ente participado deve *“prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”*.

No que se refere à criação ou participação em associações, o artigo 59.º esclarece, na epígrafe, que visa apenas as associações de direito privado; trata-se de uma ilação que já se retiraria do artigo 1.º, n.º 2, que exclui do âmbito de aplicação do RJAEL, a participação em entidades de direito público.

V.

Ora, os Estatutos da *“Atlantic CITIES”* (cfr. artigo 3.4 dos respetivos Estatutos) determinam que a adesão, como associado, implica o pagamento de uma quota, a que nos referimos supra.

Considerando que, nos termos do definido no RJAEL, designadamente no artigo 56.º e seguintes, é legalmente admissível a participação das autarquias locais e das entidades intermunicipais em associações, cooperativas, fundações e outras entidades de natureza privada ou cooperativa, que prossigam fins de relevante interesse público local, entende-se que não reveste a natureza de apoio financeiro, o pagamento da

quota inerente à qualidade de participante, imposta pelos estatutos da entidade em causa, pelo que a referida adesão afigurar-se-á legalmente admissível, após a observância de determinadas formalidades e procedimentos.

OU SEJA:

REQUISITOS E PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELO MUNICÍPIO PARA A PARTICIPAÇÃO/ADESÃO:

Na medida em que o n.º 3 do artigo 56.º do RJAEL determina a aplicação, ainda que com as devidas adaptações, do consignado nos artigos 53.º a 55.º, o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município implica o seguinte procedimento, e a verificação dos seguintes requisitos:

i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cf.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEL);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições do Município e a motivação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cf.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEL). Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo;

In casu , atento o que precede, parece existir interesse público municipal na adesão a rede ATLANTIC CITES , que visa fins de interesse notório local, já que é suscetível de aportar benefícios ao município em termos económicos, turísticos, sociais, culturais, ambientais em razão de cooperação com cidades da costa atlântica europeia, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, desenvolvimento de relações com cidades atlânticas em África, América e bacia mediterrânica e mais uma ligação a instituições europeias, ao abrigo das disposições consignadas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual (RJAL) , como a promoção do desenvolvimento e a cooperação externa, mas tal juízo caberá, naturalmente, aos respetivos órgãos, caso adiram ao teor desta informação e à proposta do Município apresentada atrás referida.

iii) Na situação que constitui o objeto do nosso parecer, a adesão do Município à indicada associação de direito privado sem fins lucrativos não confere posição dominante ao Município (cfr. artigos 53.º e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

iv) Deverá também constar das respetivas deliberações uma referência aos encargos que o Município irá assumir com a adesão, como associado, à referidas associação.

v) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão à referida associação de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cfr.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).

A Diretora do Departamento Jurídico,

Anexos:

- 1. Estatutos;**
- 2. Quotizações.**



Associação *Atlantic Cities* Estatutos

(outubro de 2022)

Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento solidário, equilibrado e competitivo da Europa como um todo, as Cidades Atlânticas Europeias:

- renovar o seu apoio a dois princípios essenciais: a autonomia local, estabelecida pela Carta Europeia de 1985 e reconhecida explicitamente no Tratado de Lisboa, e a subsidiariedade, igualmente estabelecida na Carta de 1985 e reconhecida no Tratado de *Maastricht*;

- confirmam o seu apoio a uma governança multinível que responda às responsabilidades reais das cidades e à sua aspiração a uma política de coesão urbana e cada vez mais integrada.

Por isso, renovam hoje o compromisso assumido em junho de 2000 e aprovam os seguintes estatutos:

ARTIGO 1 - CONSTITUIÇÃO

1.1 Constitui-se entre os que subscrevem os presentes estatutos uma associação regida pelas disposições da lei francesa de 1 de julho de 1901, intitulada: *Atlantic Cities*.

ARTIGO 2 – OBJETIVOS E MÉTODOS DE AÇÃO

2.1 Com base na *Declaração final* adotada em Rennes, a 7 de julho de 2000, e nos princípios e objetivos da *Carta para o Desenvolvimento Sustentável* adotada em San Sebastian, a 3 de junho de 2008, e renovada em 2018, a associação pretende promover:

- A vocação marítima da costa atlântica europeia;
- O modelo urbano atlântico europeu e os termos da Carta de San Sebastian para um desenvolvimento urbano sustentável;
- O ordenamento equilibrado e policêntrico do espaço comunitário;
- A abertura e cooperação internacional entre cidades, na medida do possível através do desenvolvimento de relações com cidades atlânticas em África, América e bacia mediterrânica.

2.2 A associação desenvolverá, nos domínios que considerar apropriados, a cooperação entre os seus membros e apoiará os intercâmbios entre os atores da fachada atlântica, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos e intercâmbios de experiências.

2.3 Procurará igualmente promover e defender os interesses dos seus membros através de ações adequadas de *lobbying* e influência e desenvolvendo o seu contributo para as políticas europeias.

ARTIGO 3 - MEMBROS

3.1 A associação conta com *membros de pleno direito e membros observadores*.

3.2 Poderão ser *membros de pleno direito* as cidades, áreas metropolitanas ou aglomerações urbanas situadas no Arco Atlântico que participem ou estejam interessadas na sua dinâmica.

3.3 Poderão ser *membros observadores* os organismos ou instituições situadas nas cidades atlânticas que desejem colaborar nas atividades dos grupos de trabalho da associação ou as cidades atlânticas africanas ou americanas, sendo a prioridade da associação a abertura e cooperação internacional, especialmente com estas cidades.

A fim de se candidatar a *membro observador*, as instituições interessadas devem ter conhecimento destes estatutos e ter pago uma taxa de participação de 50% do valor da quota relativa à cidade onde estão localizadas.

3.4 A adesão à associação implica o pagamento da quota anual fixada pelos órgãos da associação.

3.5 A qualidade de membro da associação cessa por desvinculação, por não pagamento da quota anual ou por destituição obrigatória decidida pelo Conselho Executivo.

ARTIGO 4 - ADESÃO

4.1 A admissão de novos membros efetua-se de acordo com o seguinte procedimento. O representante legal da instituição ou organização candidata enviará um pedido de adesão por escrito ao Conselho Executivo, que decidirá por unanimidade no prazo de dois meses. Estes membros podem juntar-se aos trabalhos da associação logo que tenham sido admitidos pelo Conselho Executivo. O pedido deve então ser submetido à Assembleia Geral para ratificação.

ARTIGO 5 - SEDE

5.1 A sede social da associação situa-se em *12 Rue du Nivernais, 35000 Rennes* (França).

ARTIGO 6 - ÓRGÃOS E ORGANIZAÇÃO

6.1 A associação conta com um *Presidente e vice-presidentes*, e com os seguintes órgãos eleitos: a *Assembleia Geral* e o *Conselho Executivo*.

6.2 A associação beneficia de um apoio técnico: o *Secretariado Geral* encarregado do funcionamento da associação e da execução das decisões dos órgãos diretivos.

ARTIGO 7 – ASSEMBLEIA GERAL

7.1 A Assembleia Geral reúne todos os membros da associação, quer presencialmente, ou quer por videoconferência.

7.2 Define as orientações da associação e decide, através das suas resoluções, sobre as ações a empreender pela organização. A Assembleia Geral e/ou a Assembleia Geral Extraordinária serão convocadas pelo Presidente por um meio que permita o aviso de receção e com um pré-aviso de quatro semanas, duas semanas para a Assembleia Geral Extraordinária.

7.3 Reunir-se-á todos os anos em sessão ordinária para decidir sobre o relatório de atividades, o relatório financeiro, o montante das quotas e o relatório de auditoria.

7.4 A Assembleia Geral reúne-se em sessão extraordinária convocada pelo Presidente a pedido unânime do Conselho Executivo ou de dois terços dos seus membros.

7.5 Cada membro de pleno direito e cada membro associado tem o direito a usar da palavra e a votar. A votação será, em princípio, por braço erguido e por maioria simples. Porém, o Presidente pode decidir proceder a uma votação nominal em caso de contestação.

7.6 Cada membro observador pode participar na Assembleia Geral com direito a usar da palavra mas não a votar.

7.7 A Assembleia Geral elege de três em três anos um Presidente e os membros do Conselho Executivo de entre os seus membros, tendo o cuidado de assegurar uma distribuição equilibrada entre os Estados a que pertencem os membros da Associação.

ARTIGO 8 - CONSELHO EXECUTIVO

8.1 O Conselho Executivo, eleito de três em três anos pela Assembleia Geral, é composto pelo Presidente e, pelo menos, por dois Vice-Presidentes. Tem a dupla função de Conselho de Administração e Mesa.

Na medida do possível, os membros do Conselho Executivo serão nomeados de entre os membros efetivos. A Presidência e as Vice-Presidências serão, na medida do possível, distribuídas entre os cinco Estados a que pertencem os membros da associação.

Em caso de vaga, o Conselho Executivo providenciará provisoriamente a substituição dos seus membros. São definitivamente substituídos pela próxima assembleia geral.

As decisões do Conselho Executivo são tomadas por maioria; em caso de empate, a voz do Presidente é decisiva.

8.2 No seu papel como Conselho de Administração, o Conselho Executivo assegura que as resoluções da Assembleia Geral são devidamente implementadas.

8.2.a) assegura a direção da associação, em particular:

- Convocar as assembleias gerais e determinar a ordem do dia,
- Eleger um Tesoureiro
- Decidir sobre a criação e cessação dos postos de trabalho dos assalariados,
- Preparar o orçamento provisório da associação,
- Decidir sobre delegações de assinaturas,
- Eleger os membros do conselho e controlar as suas ações,
- Determinar os projetos a submeter à assembleia geral,
- Estabelecer as contas da associação a submeter à assembleia geral anual para aprovação e propor a afetação dos lucros.

8.2.b) reúne-se **presencialmente** ou **por videoconferência**, após ser convocado pelo Presidente, **três vezes** por ano (uma reunião de quatro em quatro meses), incluindo uma durante a Assembleia Geral.

8.3 No seu papel de Mesa, o Conselho Executivo prepara as resoluções a serem votadas e implementa as deliberações da Assembleia Geral.

8.3.a) assegura a administração da associação, em particular:

- Gere a associação e o seu respetivo pessoal.
- Tem o poder de decidir sobre pedidos de adesão, de retirada, bem como sobre radiações e sobre a atribuição do estatuto de membro associado.

8.3.b) reúne-se sempre que necessário com o objetivo de dirigir o trabalho da associação.

8.3.c) as decisões do Conselho Executivo são tomadas por maioria; em caso de empate, a voz do Presidente é decisiva.

ARTIGO 9 - PRESIDENTE

9.1 O Presidente da Associação será eleito pela Assembleia Geral para um mandato de três anos.

9.2 O Presidente é o representante legal da associação. No exercício do seu cargo, assinará contratos e acordos em nome da associação. É competente para agir perante os tribunais e pode ser representado, se necessário, por um representante com uma procuração para o efeito.

9.3 O Presidente da Associação pode negociar, com base num mandato conferido pela Assembleia Geral, acordos de cooperação com outras organizações internacionais que prossigam objetivos semelhantes ou que possam contribuir para a realização dos objetivos da Associação. Tais acordos serão sujeitos a ratificação pela Assembleia Geral que, salvo decisão em contrário por maioria simples.

9.4 O Presidente convoca as reuniões do Conselho Executivo e das Assembleias Gerais.

9.5 O Presidente pode delegar alguns dos seus poderes aos membros do Conselho Executivo. O conteúdo e as modalidades destas delegações serão definidos por escrito.

ARTIGO 10 – SECRETARIADO GERAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 A associação tem um secretariado geral encarregado de assegurar o bom funcionamento da associação e a aplicação das orientações tomadas pelos órgãos da associação.

10.2 Como organismo de recurso e apoio técnico, o Secretariado Geral reporta aos órgãos da associação: a Assembleia Geral e o Conselho Executivo. Em relação a questões operacionais, o Conselho Executivo é responsável pelo funcionamento do secretariado e pelo seu acompanhamento diário.

ARTIGO 11 – GESTÃO FINANCEIRA

11.1 Os recursos da associação são provenientes de:

- - Taxas de adesão (membros de pleno direito ou observadores) fixadas todos os anos pela Assembleia Geral.
- - Contribuições voluntárias feitas por uma coletividade ou qualquer outra organização.
- - Financiamento obtido no âmbito de projetos ou atividades levadas a cabo pela associação.

11.2 As contas da Associação são auditadas por um Tesoureiro, certificadas por um contabilista e apresentadas anualmente à Assembleia Geral.

11.3 A nomeação de um auditor de contas será determinada pelo nível de recursos da associação.

ARTIGO 12 – TESOUREIRO

12.1 O Tesoureiro é nomeado de entre as personalidades das cidades atlânticas, em particular de entre os membros do Conselho Executivo. É eleito pelos membros do Conselho Executivo para um mandato de três anos.

12.2 O Tesoureiro, após consulta com o Conselho Executivo, está habilitado a:

- - Resolver questões urgentes relativas à gestão do pessoal do Secretariado.
- - Autorizar despesas urgentes não previstas no orçamento estimado, que são essenciais para manter a atividade.
- - Abrir uma conta bancária secundária.

ARTIGO 13 - REGULAMENTO INTERNO

13.1 O Conselho Executivo proporá o regulamento interno à Assembleia Geral. Deve ser adotada por maioria simples. O objetivo do presente documento é especificar aspetos relacionados com o funcionamento interno da Associação.

ARTIGO 14 – DURAÇÃO

14.1 A duração da associação é ilimitada.

14.2 Em caso de dissolução da associação, a associação nomeia um auditor encarregado da liquidação do património. O restante será entregue a um organismo que prossiga os mesmos objetivos ou objetivos semelhantes e designado pela Assembleia Geral por maioria simples de votos.

ARTIGO 15 – MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS

Os estatutos da associação podem ser alterados por decisão da Assembleia Geral, reunida em sessão extraordinária. As alterações devem ser aprovadas por pelo menos dois terços dos membros presentes ou representados. Em caso de modificação dos estatutos, a ordem de trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária deve mencioná-la expressamente.

Os atuais estatutos foram alterados e votados por unanimidade numa assembleia geral extraordinária realizada por videoconferência a 24 de outubro de 2022 e destinam-se a ser submetidos à Câmara Municipal, de acordo com a lei francesa.



ASSEMBLEIA GERAL — 7 DE JUNHO DE 2023

Auditores

Página 1

Receitas

Página 2

Despesas

Página 3

Resultado 2022

Página 4

As contas foram controladas pelos contabilistas externos em abril de 2023.

O documento de análise foi enviado em anexo (somente disponível em francês). Nosso especialista em auditoria (o “Commissaire aux Comptes») aprovou as contas em maio de 2023..

Receitas

Quotas

Ao fim do ano 2022, ficaram pendentes as quotas de Cork (devido a um problema de correio electrónico) e Santiago de Compostela.

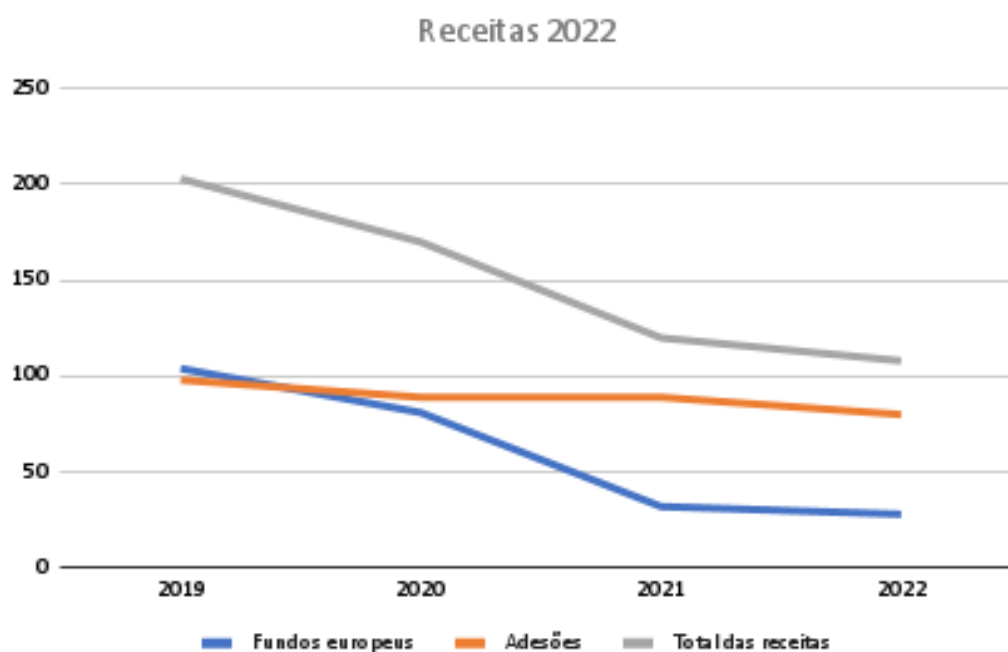
Cork regularizou a situação no 1o semestre de 2023. Santiago segue com os trâmites de pagamento.

Projetos europeus

O montante dos projetos europeus reflete os resultados das despesas.

- **AYCH** : (Programa Espaço Atlântico) Fim do projeto em dezembro de 2021. **Traz várias auditorias em 2022, 3.521,37 euros foram recebidos no início de 2023.**
- **EcoRIS3** : (Programa Interreg Europe) Fim do projeto em agosto de 2022. **Recebemos o reembolso de 11.753,16 euros.**
- **EURE** : (Programa Interreg Europe) Começou a fase 2 em agosto de 2022. **Recebemos o reembolso de 4.333 euros.**

Receitas



Despesas

Pessoal

Os montantes incluem :

- O contrato permanente de Yvonne Piotelat, responsável da rede
- O contrato indefinido de Cátia Martins, assistente de políticas, fim de contrato o 31/12/2022
- O contrato de Mario Vadepiéd, responsável de assuntos europeus, desde o 01/12/2022

Escritório

São tidas em conta a renda e uma estimativa das despesas (eletricidade, água, aquecimento e limpeza).

Tradução

São solicitados serviços de tradução para cada grupo de trabalho, escritório e assembleia geral. Os preços variam em função do número de línguas requeridas.

Comunicação

Foi implementada uma nova ferramenta de comunicação fiável.

Uma nova página web está em construção.

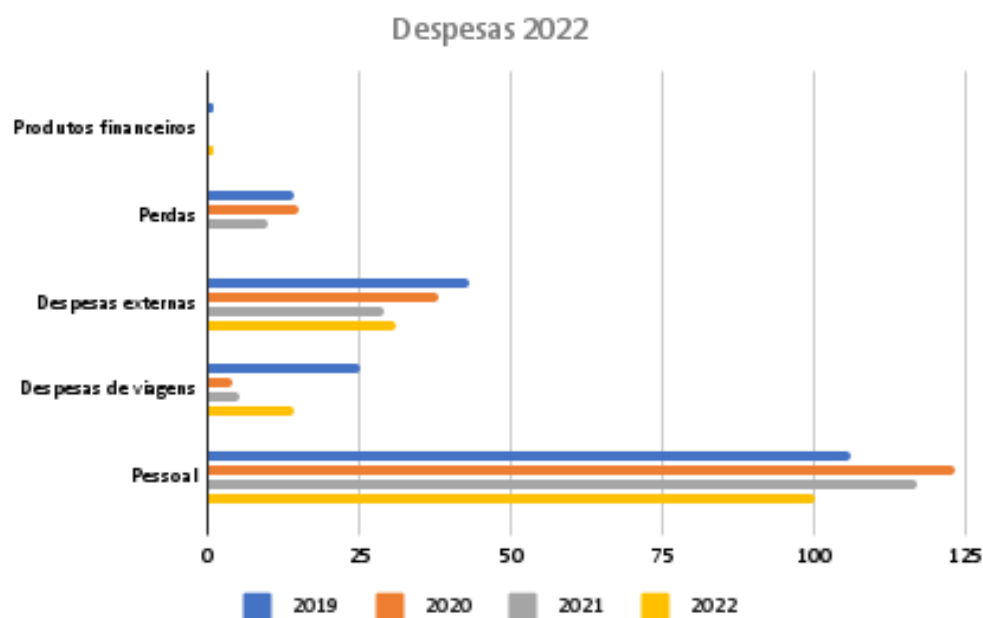
Contabilidade/Recursos humanos

São solicitados serviços de empresas para a gestão dos recursos humanos, da contabilidade e dos auditores para certificar as declarações dos projetos europeus.

Viagens

O montante das despesas de viagem têm voltado a um nível mais alto com respeito aos dois últimos anos devido ao fim da pandemia.

A Secretaria desejou reunir-se em presencial com os membros da rede e aumentar a visibilidade da rede em eventos europeus.



Resultado 2022

O défice de 36.109 euros para o ano 2022 é atribuído às receitas acumuladas.



Assembleia Geral
24 de outubro de 2022

RELATÓRIO ORÇAMENTAL

2021 notas sobre o orçamento:

As contas foram auditadas por contabilistas externos em julho de 2022. O documento de análise foi enviado como anexo (apenas disponível em francês). O nosso perito em auditoria, o "*Commissaire aux Comptes*", aprovou as contas em julho de 2022.

Receitas

O montante das quotas inclui algumas quotas de 2020 e 2019. San Sebastián e Lorient pagaram a tempo as suas quotas de 2019, as quotas de San Sebastián que tinham sido declaradas inicialmente como não pagas foram pagas a tempo.

As quotas de Poitiers e Avilés foram liquidadas.

A importância dos projetos europeus reflete os resultados das despesas.

- **AYCH** (Programa Interreg Espaço Atlântico) para o período 01/10/2019-31/08/2020: 17 166,39 euros. O projeto AYCH terminou em dezembro de 2021.
- **EcoRIS3**: A primeira fase do projeto Interreg Europe foi concluída e reembolsada. Receberemos o reembolso, em 2022, de 9 330,62 euros.
- **EURE**: Foram reembolsados 18 536,80 euros.

Despesas

- Custos de pessoal:

Os montantes incluem:

- 1) O contrato permanente de Tamara Espiñeira pelo período de 5 meses e o pagamento da indemnização por cessação de contrato.
- 2) Adeline Oliveira - Coordenadora de Projectos Europeus - Contrato de trabalho a termo certo até novembro de 2021.
- 3) Lucile Macé (Contrato de trabalho-estudo) - contrato profissional até setembro de 2021 - subsidiado pelo governo francês.
- 4) Suzanne Beguin (Contrato de trabalho-estudo) – contra contrato profissional até outubro de 2021 - subsidiado pelo governo francês.
- 5) Cátia Martins – *Policy Assistant* – Contrato de trabalho a termo certo até 13 de março de 2022 (Contrato prorrogado até 30 de dezembro de 2022).
- 6) Yvonne Piotelat – Gestora da rede - Contrato efetivo a partir de 25 de setembro de 2022.

- Escritório

O aluguer e uma estimativa das despesas (eletricidade, água, rede, aquecimento e limpeza) são tidos em conta. O contrato de aluguer foi renovado pela Cidade de Rennes.

- Tradução / Comunicação / Contabilidade / Peritos / Viagens

A carga de trabalho e a experiência dos projetos reflete-se em ECORIS, AYCH e EURE.

Seguindo os critérios de menor custo, selecionámos a empresa de contabilidade "Deloitte" como controlador de primeiro nível e Maité Cosnard como consultora externa para o projeto Interreg Europe EURE.

- Material / equipamento de escritório / outras despesas

Foram adquiridos três computadores.

Resultados

2020

O déficit de 9 605,87 euros para o exercício financeiro de 31/12/2020 será atribuído aos lucros retidos.

2021

O déficit de 20 344,76 euros para o exercício financeiro de 31/12/2021 será afetado aos lucros retidos.

- Proposta de quotas para 2023

Receitas

Projetos europeus

- O **projeto EURE** termina a primeira fase em agosto para a parte de trabalho do consórcio, a parte administrativa termina em setembro. A segunda fase do projeto começa em setembro de 2022. Em julho, teve lugar um controlo in loco de todo o projeto.
Receitas previstas: 32 358 euros
- O **projeto ECORIS3** termina em setembro de 2022. Os reembolsos poderão ter lugar no início de 2023: 9 330, 62 euros
- O **projeto AYCH**, o reembolso previsto é de 25 063,50 euros, após os vários controlos.

Projetos europeus futuros

- Em maio, ACA integrou um consórcio em resposta ao primeiro convite à apresentação de candidaturas do Programa Interreg Europe com o projecto R4CA (possível resposta em novembro de 2022).
- Em setembro, ACA está a trabalhar sobre uma convocatória FEAMPA "*Women in blue economy*", juntamente com La Rochelle Agglomération e Gijón, e sobre uma convocatória Horizonte Europa - Missão Clima - "*Transformative Smart Implementation of Nature Based Solutions to Systematically Control Climate Resilience in Europe (RESILIENCE)*" - Previsão de respostas a estas convocatórias para maio de 2023.

Sócios da rede

- O Secretariado permanece atento a novas oportunidades e membros. Contactou os presidentes de câmara portugueses recém-eleitos e várias reuniões foram realizadas *online*.
- Nantes-Saint Nazaire decidiu abandonar a rede.
- Biarritz expressou a sua vontade de aderir à rede em 2023.

Despesas

- Colaboradores propostos:

3 empregados:

- Yvonne Potelat, gestora de rede, contrato efetivo.
- Cátia Martins, *Policy Assistant*, contrato a termo certo até 30 de dezembro de 2022.
- Administrativa, em curso de recrutamento, 14 horas/semana, contrato a termo certo de 6 meses.
- Estudante, financiado por uma bolsa francesa.

- Escritório

O aluguer e uma estimativa das despesas (eletricidade, água, rede, aquecimento e limpeza) são tidos em conta.

- Tradução / Comunicação / Contabilidade / Peritos / Viagens

O orçamento de tradução é mantido a um nível elevado para que cada parceiro da rede se possa exprimir e compreender os outros.

O orçamento para viagens voltou ao que era antes da pandemia. O objetivo da nova equipa é retomar as relações com os parceiros da rede e melhorar a sua rede externa (entidades europeias e/ou envolvidas em *lobbying* e/ou o plano estratégico).

Seguindo os critérios de menor custo, seleccionámos a empresa de contabilidade "Deloitte" como o auditor de primeiro nível da extensão do projeto ECORIS3.

É considerada a faturação dos peritos e contabilistas necessários para o desenvolvimento de projetos europeus.

No que diz respeito à comunicação, são incluídos no inquérito e no seu resultado, bem como na remodelação

PROPOSTA

Aprovação da incorporação de Braga na rede Atlantic Cities

Considerando:

1. As cidades são confrontadas com desafios cada vez mais globais, que exigem uma articulação com outros atores para lá das nossas delimitações administrativas. São exemplos disso desafios sociais, culturais e ambientais que exigem respostas articuladas por forma a tornarem-se mais eficientes;
2. A rede da Atlantic Cities tem como principais objetivos estreitar a cooperação territorial, procurando representar os interesses das Cidades do Arco Atlântico Europeu junto das instituições europeias. Esta organização procura promover a vocação marítima da costa atlântica europeia – uma região na qual Braga se localiza geograficamente –, conjugando valores de desenvolvimento sustentável e cooperação extensiva das cidades europeias com cidades dos restantes continentes banhados pelo Oceano Atlântico (África e América);
3. São identificados vários pontos, características e interesses comuns entre a cidade de Braga e os quinze (15) membros pertencentes à Atlantic Cities, espalhadas por quatro (4) países europeus: Portugal, Espanha, França e República da Irlanda;
4. A pertença de Braga a diversas redes internacionais permite colocar a cidade numa posição próxima dos processos de influência de tomada de decisão, promovendo os interesses da nossa cidade e contribuindo para um contínuo desenvolvimento da mesma;
5. O Executivo Municipal procura apostar continuamente numa estratégia de envolvimento internacional do Município de Braga junto de diversos parceiros, no sentido de encontrar soluções para desafios. Do mesmo modo, tal contribui para a afirmação de Braga no plano internacional por forma a ser reconhecida como uma cidade dinâmica, inovadora, com visão de futuro e capaz de participar nos processos de influência ou mesmo de tomada de decisão;
6. Representantes da Atlantic Cities demonstraram muito interesse para incluir Braga nesta rede de Cidades Atlânticas, reconhecendo compatibilidade da nossa cidade com os desafios identificados e objetivos promovidos por esta mesma organização.

Proponho que o Executivo Municipal, ao abrigo das atribuições constantes das alíneas m) e e) do nº 2, do artigo 23º e das competências conferidas pelo artigo 33º, nº 1, alíneas o) e u), de apoio a atividades e projetos de interesse municipal, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, delibere a aprovação da incorporação de Braga na rede Atlantic Cities.

Braga, 21 de janeiro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga
Ricardo Rio